

EDITAL Nº 027/2022

**PREGÃO PRESENCIAL Nº
027/2022 - SRP**

PROCESSO Nº 02.424/2022

ABERTURA: 18/07/2022 - 09:00H

CAPÍTULO I - P R E Â M B U L O

PROCESSO N° 02.424/2022

PREGÃO PRESENCIAL N°: 027/2022 - SRP

EDITAL N°: 027/2022

REGIDO PELA LEI N°: Lei do Pregão n° 10.520/2002, Decretos Municipais n°s 1.719/2017 e 1.868/2018, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis n°s: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar n° 123/06 e 128/08, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições deste instrumento convocatório.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

RUA CÉSAR VIEIRA, N° 105 – CENTRO – PORCIÚNCULA/RJ

DATA E HORA: 18/07/2022 às 09:00 HORAS

(entrega dos envelopes e início de abertura dos mesmos)

O MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA/RJ, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde realizará no dia 18 de julho de 2022, às 09:00 horas a licitação na modalidade Pregão Presencial, em sessão pública na Sala de Licitações sito à Rua César Vieira, n° 105 – Centro – Porciúncula/RJ, objetivando à futura e eventual **aquisição de medicamentos para atender a demanda de medicamentos judiciais e programa CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor Excepcional)**, conforme as especificações descritas no Processo Administrativo n° 02.424/2022 da Secretaria Municipal de Saúde, e no **ANEXO II** (Termo de Referência), parte integrante do Edital do pregão em epígrafe.

O pregão será realizado pelo Pregoeiro João Cesar Honório da Silva, tendo como Equipe de Apoio a Sr. Érick Francisco Moraes Ferreira e a Sr.^a Marcela Ferreira da S. O. Rosa, designados pela Portaria n° 242/2021, e será regido pela Lei Federal n° 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos Municipais n°s 1.868/2018 e 1.719/2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, pelo Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus ANEXOS.

CAPÍTULO 2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação, à futura e eventual **aquisição de medicamentos para atender a demanda de medicamentos judiciais e programa CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor Excepcional)**, conforme as especificações descritas no Processo Administrativo n° 02.424/2022 da Secretaria Municipal de Saúde, e no **ANEXO II** (Termo de Referência), parte integrante do presente Edital.

2.2 - Será fornecido programa para elaboração da cotação na entrega do edital, presencialmente e disponibilizado para download no site, onde será obrigatório o uso e fornecimento da proposta utilizando deste recurso, com intuito de inibir erros de digitação, divergência de valores bem como totalizadores dentre outros erros na elaboração da proposta.

2.2.1 – A proposta deverá ser impressa utilizando este programa, datada e assinada e entregue lacrada dentro do envelope “01”.

2.2.2 - No caso de apresentação de mais de uma proposta, será considerada a proposta de menor valor.

2.2.3 - O licitante deverá informar no campo Observação/Marca, o nome do Fabricante do produto ofertado. Em caso de fabricação própria, deverá o licitante preencher com o nome da Empresa. A ausência da informação implicará na desclassificação do item para a empresa.

2.2.4 – O arquivo digital salvo pelo programa, deverá ser entregue em formato digital (CD/DVD ou pendrive) lacrado no envelope “01” junto com a proposta do item 2.2.1.

2.2.5 – As mídias digitais (CD/DVD ou pendrive) entregues no item 2.2.4, serão devolvidos após utilizados arquivos (importação dos dados).

CAPÍTULO 3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - A participação na licitação objeto do presente é facultada a todas as empresas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaça as condições e exigências contidas neste Edital.

3.2 – Não poderão participar desta licitação:

3.2.1 - As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 9º da Lei 8.666/93;

3.2.2 - pessoas físicas e jurídicas suspensas temporariamente de participação em licitação e impedidas de contratar com o Município, ou declaradas inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, dos Municípios, Distrito Federal e suas autarquias ou fundações, valendo a participação nesta licitação como expressa declaração de inexistência de tais impedimentos, sob as penas previstas no parágrafo único do artigo 97 da Lei n.º 8.666/93;

3.2.3 - empresas em estado de falência e

3.2.4 - consórcios.

3.3 - Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.4 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

CAPÍTULO 4 – ENTREGA DOS ENVELOPES

“DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

4.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

4.1.2 - O Pregoeiro concede as participantes uma tolerância de até 10 (dez) minutos, após o horário fixado para realização da licitação, para entrega dos envelopes, os quais não serão recebidos ou aceitos após este limite de tempo.

LOCAL: Sala de Licitações sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ.

DATA: 18 de julho de 2022.

HORÁRIO: 09:00 horas.

4.1.3 – Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022 - SRP

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA: _____

e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022 - SRP

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EMPRESA: _____

4.2 – A Comissão Permanente de Pregão não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação”, que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local e horário definido neste Edital.

CAPÍTULO 5 – DA REPRESENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante legal, devidamente munido de credencial, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, com poderes para formular ofertas e lances de preços a menor e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se junto ao Pregoeiro, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente. (**com cópia**).

5.1.1– Por credencial entende-se:

- a) a habilitação do representante, mediante procuração com firma reconhecida em cartório;
- b) o documento comprobatório de capacidade para representar a empresa no caso de titular da mesma ou sócio administrador. (Ex. Contrato Social) e
- c) cópia do RG e CPF do representante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de verificação da outorga mencionada na alínea “a”, o representante da empresa deverá apresentar, em conjunto com a procuração, Cópia do Contrato Social e última alteração, se houver.

5.2 – A licitante deverá apresentar, no ato da abertura da licitação, declaração expressa “de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos neste certame licitatório”. Modelo **ANEXO IV**.

5.3 – O documento de credenciamento e a declaração mencionada no subitem anterior deverão ser entregues separadamente dos envelopes de “**DOCUMENTAÇÃO**” e de “**PROPOSTA**”.

5.4 – O credenciamento será realizado pelo Pregoeiro, após a abertura da sessão.

5.5 – O representante legal da licitante, quando tratar-se de Pessoa Jurídica, que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a sessão de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativos a este Pregão.

5.5.1 – Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.6 – O documento de credenciamento deverá obedecer ao **MODELO do ANEXO III**.

5.7 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.7.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, no ato da abertura da licitação, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VII**).

CAPÍTULO 6 – PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 – As propostas comerciais deverão ser preenchidas por meio mecânico ou impressos, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

6.1.1 – Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa preponente – Pessoa Jurídica;

6.1.2 - Nome, número do RG, endereço, telefone e fax, se houver, do prestador de serviço – Pessoa Física;

6.1.3 – Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.1.4 – Prazo de entrega do objeto não superior ao estabelecido no Capítulo 14, contados em dias úteis a partir da homologação;

6.1.5 – As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

6.1.6 – O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, indicando a marca, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais, sob pena de desclassificação de sua proposta.

6.2 - No ato da entrega dos Documentos e dos Envelopes “01” e “02” a licitante deverá apresentar também sua “Proposta Digital” em um dispositivo de armazenamento de dados, tipo Pen Drive, CD gravável tipo R/RW ou DVD, conforme software fornecido pela **PMP** como forma de agilidade dos trabalhos do certame licitatório, o qual, a referida “Proposta Digital” deverá estar devidamente preenchida, contendo as mesmas marcas/modelos, preços unitários e totais da sua Proposta Escrita, sendo, de sua inteira responsabilidade o seu fiel e perfeito preenchimento. O seu descumprimento não será motivo para desclassificação.

OBSERVAÇÕES:

a) Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, contendo, **preferencialmente, duas casas decimais após a vírgula, entretanto, quando for necessário, serão aceitas até quatro casas**, inclusas todas as taxas, fretes, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, descontos e quaisquer acréscimos que se fizerem necessários à perfeita propositura dos preços a serem ofertados.

b) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais do item, O Pregoeiro considerará para efeito de julgamento, o valor unitário, providenciando a devida correção do valor global;

c) Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá a importância expressa por extenso.

d) Estando presente à sessão representante do licitante, a falta de assinatura poderá ser sanada no ato de constatação do fato, desde comprovados os poderes do representante para tal.

e) Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.

6.3 - DA DESCLASSIFICAÇÃO

- Serão desclassificadas:

6.3.1- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preços manifestantes inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os mercados e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

6.3.2 – Propostas com valor global superior ao limite estabelecido pela Administração Municipal.

CAPÍTULO 7 – HABILITAÇÃO

7.1 – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada conforme artigo 32, da Lei nº 8.666/93:

▶ em original;

▶ por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, devidamente autenticada por cartório competente, publicação em órgão da Imprensa Oficial e ou por servidor da Administração Pública;

▶ todos os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no Art. 32 da Lei nº 8.666/93, inclusive com a autenticação feita pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio, na própria sessão, mediante a apresentação dos originais.

▶ As certidões, declarações ou quaisquer outros documentos valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.1.1 - Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na própria sessão, sendo que a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.

7.1.2 - No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ser detentora da proposta/lance de menor valor, esta deverá apresentar TODA a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. A falta de algum desses documentos acarretará em sua Inabilitação.

7.1.3 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar, para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

7.1.4 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos

A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise ainda dos seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados no envelope documentos de habilitação, a saber:

7.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

→a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

→b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade simples;

→c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, com cópia do RG e CPF de todos os sócios. Caso os responsáveis pela administração não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração.

→d) No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

→e) Em se tratando de Fundações, apresentar certidão de regularidade expedida pelo Ministério Público do Estado de sua constituição.

7.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

→a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda devidamente válida;

→b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

→c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, no domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, comprovada da seguinte forma: a) a comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através de Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débito relativo ao ICMS (RJ) acompanhada da CN da
Rua César Vieira, 105 - Centro - Tel 22 3842 1388 – Cep. 28 390-000 - Porciúncula-RJ
e-mail: pregão@porciuncula.rj.gov.br – site oficial: www.porciuncula.rj.gov.br

Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução conjunta PGE/SER n° 33/2204. c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débito relativo ao ISS;

→ d) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal de Porciúncula;

→ e) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

→ f) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (Lei n° 12.440/2011, artigo 642-A);

7.3.1 – Microempresas e empresas de pequeno porte:

73.1.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei complementar n° 123/2006 e suas alterações, em especial, as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal n° 147/2014;

73.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

73.1.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

→ a) Para comprovação da qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

I – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, com termo de abertura e encerramento e devidamente autenticado pelo órgão competente na forma da Lei.

II - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedido pelo distribuidor da sede da licitante; no máximo em prazo não superior a 90 (noventa) dias, anterior à data da licitação.

7.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

→a) Para efeito da comprovação da qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar juntamente com os outros documentos de habilitação, no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (neste caso, com firma reconhecida em cartório), que comprove que a licitante já forneceu materiais da mesma natureza, ou que já prestou serviço com as mesmas características do objeto, com qualidade e pontualidade, com indicação do (s) objeto (s) fornecido (s) ou do(s) serviço (s) prestado à entidade emissora, ciente a licitante que a comprovação da documentação em tela poderá a qualquer tempo ser requerida ou analisada;

→b) Declaração firmada pela empresa acerca dos equipamentos e pessoal técnico de que dispõe e a serem utilizados na execução do (s) serviço (s) ou na entrega da (s) mercadoria (s), podendo a Administração Municipal vistoriar os equipamentos em até 24h após declarada a vencedora do certame, devendo constar na presente declaração as seguintes informações:

b.1) Declaração de que os equipamentos que serão utilizados no alcance do objeto da licitação se encontram em perfeito estado de conservação e funcionamento ao fim a que se destinam;

b.2) Em se tratando de locação ou aquisição de veículos apresentar Declaração que os mesmos deverão estar devidamente vistoriados e documentados no momento da inspeção municipal.

7.6 - Juntamente com os documentos referidos neste capítulo (CAPÍTULO 7 – HABILITAÇÃO), serão apresentados para fins de habilitação as seguintes declarações e certificados:

7.6.1 – Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 e posteriores alterações.

7.6.2 – Licença sanitária de Funcionamento para Medicamentos Comum e Especial (Portaria nº 344/01), Produtos para Saúde, saneantes e cosméticos expedida pela Autoridade Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso, do domicílio ou sede da empresa licitante, renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade.

7.6.3 – Certificado de Regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do domicílio ou sede da empresa licitante, anexando também a Declaração de Habilitação do Farmacêutico.

7.6.4 – Apresentar Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos da licitante e cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União.

7.6.5 – Alvará da sede da empresa participante, habilitando-a ao exercício da atividade objeto do presente Edital.

7.6.6 – Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal. (MODELO ANEXO V).

7.6.7 - Declaração de que a empresa não possui, em seus quadros funcionais, nenhum trabalhador menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.984 de 27 de outubro de 1.999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (MODELO ANEXO VI).

CAPÍTULO 8 – SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

8.2. – Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2.1 - O Pregoeiro classificará o autor da oferta de valor mais baixo e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.2.2 – Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.2.3 – Poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma, multiplicação e/ou quaisquer outros erros considerados meramente formais.

8.2.4 – A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta” com poderes para esse fim.

8.2.5 – A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope “Documentação”.

8.2.6 - Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

LANCES VERBAIS:

8.3 – Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais. **Esclarecendo que os lances mínimos serão exigidos pelo pregoeiro no ato da licitação, tendo por base menor preço apresentado.**

8.3.1– Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.2– A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.3 – Se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

8.3.4 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro até nova sessão de continuidade do julgamento.

8.3.5 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que tiver apresentado o menor preço, para confirmação das exigências habilitatórias constantes no Edital.

8.3.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

JULGAMENTO E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

8.4 – O critério do julgamento será: **MENOR PREÇO POR ITEM, item 01 ao 281**. Sendo certo que o **CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS** serão os preços unitários e globais, em face dos preços paradigmas estipulados pela Administração Municipal.

8.4.1 – Os lances deverão ser ofertados, sendo aceitas propostas que reduzam o preço ofertado na proposta escrita. No encerramento dos lances verbais o pregoeiro verificará se os valores ofertados estão compatíveis com o estabelecido no preço de referência, negociando até a aceitabilidade da proposta.

8.4.2 – Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.3 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.4.4 – Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.4.5 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.6 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame, para o qual apresentou proposta.

8.4.7 – Na situação prevista no item 8.4.6, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o menor preço.

8.4.8 – Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, pelos licitantes presentes, bem como por outras pessoas que eventualmente estejam assistindo a sessão pública.

8.4.9 – Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolada, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

8.4.10 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas, nos termos do art. 48, §3º da Lei nº. 8.666/93.

9 - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1 - Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma MPE e se houver proposta apresentada por licitante devidamente declarado como MPE, igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

9.2 - Será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE;

9.3 - O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances e solicitado pelo pregoeiro, sendo permitida apenas à MPE, apta a exercer o direito de preferência, ofertar nova proposta, de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE;

9.4 - Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5%, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital;

9.5 - Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, será realizado sorteio público para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta;

9.6 - Na hipótese de nenhuma MPE não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como MPE que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada.

CAPÍTULO 10 – RECURSOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar de imediato e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, sendo certo que o pregoeiro, neste ato, indicará os efeitos em que será recebido, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 – O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03(três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.5 – O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos do Município e comunicado a todos os licitantes via fax ou e-mail ou mediante ofício c/ recibo.

10.6 - Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser instrumentalizados em autos apartados aos do processo principal e entregues no Serviço de Protocolo, localizado na sede da Prefeitura, das 8 h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

10.7 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Srº Prefeito Municipal, ou pessoa a esse fim devidamente outorgada, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.

CAPÍTULO 11 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

11.2 – Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao(s) licitante (s) vencedor (es) do procedimento licitatório e homologará a licitação.

11.3 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata no prazo definido em Edital; e

11.4 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar seu termo na Ata, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI do art. 4º da Lei 10.520/2002.

11.5 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à Assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO 12 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o seu termo na Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, conforme minuta constante no **ANEXO I** do presente, em observância ao previsto na proposta aceita e sob a égide da legislação pertinente a matéria.

12.2 – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.3 – Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata ou recuse-se a assiná-la no prazo e condições estabelecidos, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e a qualificação dos mesmos, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.4 – O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata, dentro do prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que poderá ser via fax ou e-mail ou mediante ofício c/ recibo.

12.5 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12.6 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

12.7 - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

12.8 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

12.9 – No presente objeto, o Órgão Gerenciador, no caso em tela a Secretaria de Saúde, designará Servidor ou Comissão para gerenciamento da Ata de Registro de Preços e serão admitidas adesões de não partícipes ou caronas, nos moldes do Decreto nº 1.776/2017 e nos termos abaixo.

12.9.1– Os órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse mediante consulta dirigida a autoridade competente, contendo a informação do item e a quantidade desejada, que posteriormente encaminhará ao órgão gerenciador da Ata, para que este verifique a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, com os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos à ordem de classificação.

12.9.2– As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.9.3– O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.9.4– Fica permitido, desde que comprovada, demonstrada e justificada a viabilidade econômica, financeira e operacional, as adesões pela Administração Pública Municipal as Atas de Registro de Preços de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual ou Federal, e ainda a estas de órgãos de Administração Pública Municipal da mesma unidade federativa.

12.10 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata. Sendo certo que a validade da Ata de Registro de Preços não poderá exceder doze meses e não se limitará ao exercício financeiro da Administração, conforme art. 15 da Lei 8.666/93, em seu § 3º, inciso III.

CAPÍTULO 13 - DO PAGAMENTO

13.1 – Se ocorrer à futura e eventual aquisição do objeto do presente, o pagamento se dará 30 (trinta) dias, conforme as solicitações da Secretaria requisitante e após as efetivas entregas do objeto licitado, e se dará em tantas parcelas quanto forem as da entrega, no máximo ao trigésimo dia útil, a contar do período de adimplemento da obrigação, e deverá ser requerido junto à Secretaria Requisitante, com o documento de cobrança do objeto executado no período da obrigação, isento de erros e devidamente acompanhado dos seguintes comprovantes:

a) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

b) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

13.2 – Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMP-RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal de Saúde, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada dirigindo a Tesouraria da Secretaria de Saúde.

13.5 Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

13.6 O pagamento será efetuado conforme descrição do subitem 13.1, mediante a entrega correta das peças e apresentação de nota fiscal devidamente fiscalizada e assinada no verso, pela Secretaria requisitante, conjuntamente com 02 servidores, atestando a entrega dos produtos.

13.7 - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias úteis após a data de sua reapresentação.

CAPÍTULO 14 – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA

14.1 - O prazo de fornecimento dos produtos será de até 05 (cinco) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela Secretaria Municipal de Saúde da PMP-RJ.

14.2 – O(s) medicamento(s) solicitado(s) deverá(ão) ser entregues no Serviço de Almoxarifado vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no período matutino compreendido entre 8h e 17h, de 2ª à 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porciúncula. As entregas deverão obedecer ao cronograma previsto pela Secretaria Municipal de Saúde em dias e horários.

14.3 – O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

14.4 – A nota fiscal deverá acompanhar cada entrega e descrever detalhadamente o produto fornecido.

CAPÍTULO 15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do ora estabelecido em Ata, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela Administração:

15.1.1 – advertência, que será aplicada sempre por escrito;

15.1.2 – multas;

15.1.3 – Cancelamento do Registro sujeitando-se o Detentor da Ata ao pagamento de indenização a Administração por perdas e danos;

15.1.4 – Suspensão temporária do direito de licitar com esta Prefeitura e com outros entes municipais;

15.1.5 – Indenização à Administração da diferença de custos para procedimentalização de nova Ata de Registro de Preços ou da convocação de remanescente;

15.1.6 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2 – A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total dos materiais em atrasos, por dia de atraso no fornecimento dos materiais.

15.2.1 – O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata.

15.3 – As sanções previstas neste CAPÍTULO poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Detentora da Ata, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

EXTENSÃO DAS PENALIDADES

15.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, na Ata e demais cominações legais.

CAPÍTULO 16 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

16.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os termos do presente Edital de Licitação por irregularidade na aplicação das Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

16.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

CAPÍTULO 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A participação nesta licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente este Edital, aceitando integralmente suas normas e que obteve da Municipalidade, através do Setor de Licitações, as informações que solicitaram.

17.2 – Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.3 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

17.4 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase dos atos que integram o certame licitatório, promoverem diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos bens ou mercadorias ofertados, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

17.5 – É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

17.6 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Pregão.

17.7 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.8 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.9 - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

17.10 - A nulidade do procedimento licitatório induz à da Ata, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

17.11 - No caso do desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.12 - O original deste Edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraíndo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

17.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CAPÍTULO 18 – DO VALOR

18.1 – O valor global máximo estimado para a eventual e futura aquisição dos produtos é de **R\$ 5.057.666,71 (cinco milhões e cinquenta e sete mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos)**, assim elencados, item **01 ao 281**. Com verba proveniente dos recursos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde, que custeará a eventual e futura aquisição, sendo, portanto, a principal fonte pagadora, a qual custeará a aquisição do objeto da presente licitação e que passa a integrar amplamente este Edital na modalidade de PREGÃO.

CAPÍTULO 19 - DO EDITAL E SEUS ANEXOS

19.1 – O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Pregão, sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ, no site da Prefeitura Municipal de Porciúncula e no site da Prefeitura de Porciúncula www.porciuncula.rj.gov.br, bem como quaisquer informações que os licitantes julgarem necessárias pelos telefones (22) 3842-1221 ou 3842-1388, de 2ª à 6ª feira no horário de 13:00 às 16:30 horas e pelo e-mail pregao@porciuncula.rj.gov.br.

19.2 – Este edital possui 08 (oito) ANEXOS, sendo: **ANEXO I** – Minuta da Ata de Registro de Preços; **ANEXO II** – Termo de referência; **ANEXO III** – Modelo de credenciamento; **ANEXO IV** – Declaração de Cumprimento dos requisitos de habilitação; **ANEXO V** – Declaração de inexistência de fato impeditivo e **ANEXO VI** – Declaração de não empregar menores de 18 anos; **ANEXO VII** – Modelo de declaração de ME ou EPP e **ANEXO VIII** – Modelo de recibo do Edital.

19.3 – Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- **ANEXO I** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A SER FIRMADA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E O LICITANTE VENCEDOR;
- **ANEXO II** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- **ANEXO III** – MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- **ANEXO IV** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- **ANEXO V** – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO;
- **ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES;
- **ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP;
- **ANEXO VIII** – MODELO DE RECIBO DO EDITAL

Porciúncula - RJ, 27 de junho de 2022.

**JOAO CESAR HONORIO DA SILVA
PREGOEIRO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2022 – SRP - PROCESSO N.º 02.424/2022.

ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Às horas e dez minutos do dia de do ano de 2022, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Porciúncula, na Sala de Licitações, sito à Rua César Vieira, nº 105 – Centro – Porciúncula/RJ, o Pregoeiro João Cesar Honório da Silva, tendo como Equipe de Apoio o Sr Érick Francisco Moraes Ferreira e a Sr.ª Marcela Ferreira da S. O. Rosa, designados pela Portaria nº 242/2021, visando julgar as propostas apresentadas na Licitação por Modalidade de **Pregão Presencial n.º. /2022 - SRP do TIPO.....**, visando à futura e Eventual....., conforme consta do processo administrativo n.º da Secretaria de e no Termo de Referência **ANEXO II**, parte integrante do Edital do pregão em epígrafe. Neste ato o **MUNICÍPIO DE PORCIÚNCULA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número....., através da Secretaria de....., inscrita no CNPJ sob o número ora designada Órgão Gerenciador, com sede à doravante simplesmente denominada **ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representado por....., brasileiro(a), (qualificação da pessoa física), residente....., portador da Carteira de identidade n.º....., expedida pelo, inscrito no CPF sob o n.º e.....(nome da pessoa jurídica ou física), (qualificação da pessoa física), (qualificação da pessoa jurídica) pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número..... e no Estado sob o número,....., com sede (residente) na (a)....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA DA ATA**, neste ato representada (pessoa jurídica) por seu....., que se declaram conhecedoras do inteiro teor do Edital de Pregão N.º, concordando com todos seus certames e prometendo cumprir fielmente o que está aqui estipulado, resolvem instituir a Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei do Pregão n.º 10.520/2002, Decretos Municipais n.ºs 1.776/2017 e 1.780/2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis n.ºs: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar n.º 123/06 e 128/08, Decreto Municipal n.º 1.719/2017 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições neste instrumento, com o intuito de Registrar os Preços das empresas abaixo indicadas para o eventual e futuro fornecimento de....., sendo certo que a presente constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo as condições descritas no Edital correspondente e seus ANEXOS, que integram a presente ata, independente de transcrição, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do objeto) –

1.1- A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o eventual e futuro fornecimento de, sendo os quantitativos estimados e os itens a serem registrados os constantes do Anexo II, Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial n.º. /2022 – SRP.

1.2- (descrever a quantidade, objeto, preço unitário e total)

1 - O fornecedor, o desconto e as especificações registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA:	
CNPJ:	TEL/FAX:
ENDEREÇO:	
CONTATO:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNITARIO R\$	TOTAL R\$

CLÁUSULA SEGUNDA (Do local e prazo de entrega) –

2.1- O prazo de fornecimento dos produtos será de até 05 (cinco) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Saúde** da PMP-RJ.

2.2- O(s) medicamento(s) solicitado(s) deverá(ão) ser entregues no Serviço de Almoxarifado vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no período matutino compreendido entre 8h e 17h, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porciúncula. As entregas deverão obedecer ao cronograma previsto pela Secretaria Municipal de Saúde em dias e horários.

2.3- Os medicamentos serão recebidos nas dependências do Serviço de Almoxarifado pelo responsável pelo Setor.

2.4- O Serviço de Almoxarifado poderá ser contatado pelo telefone (22) 3842-2806, e e-mail: sms.porciuncula@gmail.com

2.5- A nota fiscal deverá acompanhar cada entrega e descrever detalhadamente o produto fornecido.

2.6- O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal no 8.666/93, devidamente autuado em processo.

2.7 - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias úteis após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do preço e condições de pagamento) - O preço estipulado pelas partes para a aquisição dos medicamentos, objeto da presente ata será de **R\$.....(.....)**, assim descritos na cláusula primeira da presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado, quando assim houver sido requerido o objeto da presente, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente fiscalizada e assinada, no verso, pela Secretaria requisitante, conjuntamente com 02 servidores, atestando o recebimento dos referidos materiais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se ocorrer à futura e eventual aquisição do objeto do presente, o pagamento se dará 30 (trinta) dias, conforme as solicitações da Secretaria requisitante e após as efetivas entregas do objeto licitado, e se dará em tantas parcelas quanto forem as da entrega, no máximo ao trigésimo dia útil, a contar do período de adimplemento da obrigação, e deverá ser requerido junto à Secretaria Requisitante, com o documento de cobrança do objeto executado no período da obrigação, isento de erros e devidamente acompanhado dos seguintes comprovantes:

a) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (Lei n.º 8.036/90, artigo 27);

b) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos, Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, com base na Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculada aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe a alínea, “d”, do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal n.º 8.666/93.

a) Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da SMS, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

b) O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário de Saúde de Porciúncula, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido à Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde da PMP-RJ.

CLÁUSULA QUARTA (Do recebimento dos materiais) –

4.1 - Os medicamentos deverão ser entregues no local e prazo indicados na cláusula segunda, correndo por conta da DENTENTORA DA ATA as despesas decorrentes de fretes, embalagens, encargos e tudo mais que se relacionar com a perfeição na entrega do produto adquirido.

4.2 - Os medicamentos serão entregues ao responsável designado pela Secretaria requisitante, mediante a verificação, inspeção, conferência e tudo mais que se relacionar com a perfeição do bem adquirido, feita por pessoa ou comissão habilitada, devidamente nomeada ou indicada pela Secretaria solicitante, e deverão ser recebidos tal como, a saber:

a) Provisoriamente, após conformidade do responsável ou responsáveis designados na cláusula quinta, parágrafo primeiro, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da detentora da ata;

b) Definitivamente, após manifestação favorável do servidor ou comissão acima referida, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 (sessenta e nove) da Lei pertinente a esta matéria;

4.3 - Caso não aceito o material, o mesmo deverá ser substituído no prazo fixado pela Administração Municipal, com ressarcimento por parte do fornecedor, dos prejuízos causados a esta Prefeitura. A não ocorrência dentro do prazo estipulado deverá ser justificada; se não aceita, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação pertinente.

4.4 - Em razão do presente termo, a adjudicatária fica obrigada, se requisitada, a entregar o bem dentro das especificações e qualidades apresentadas nas propostas, no prazo previsto. A não ocorrência deverá ser justificada perante a Administração, podendo esta, aceitar ou não.

CLÁUSULA QUINTA (Dos direitos e responsabilidades) - A **DETENTORA DA ATA** se responsabilizará pela perfeita execução do objeto na presente ata, inclusive pela sua manutenção e qualidade, correndo por sua conta e risco o transporte do mesmo até a efetiva entrega em seu destino às pessoas autorizadas pela **ADMINISTRAÇÃO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto da presente deverá ser entregue, quando requisitado, com validade igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do prazo definido pelo fabricante a contar da data em que forem efetivamente recepcionados pelo agente responsável designado pela Secretaria solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A avaliação da qualidade dos medicamentos ora licitados poderá ser requisitada pela Prefeitura Municipal de Porciúncula/RJ, sempre que se julgar necessário, através de análise de amostra colhida, correndo a expensas da detentora da ata as despesas decorrentes das análises e testes de qualidade dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA (Das obrigações da Detentora da Ata) - A **DETENTORA DA ATA** se obriga a manter, durante todo período de vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as obrigações, orientações e especificações elencadas no Termo de Referência do processo administrativo nº 02.424/2022, parte integrante do Edital do Pregão Presencial nº 027/2022 - SRP e no presente instrumento devem ser cumpridas na íntegra, sob pena de descumprimento do ora pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Assinar a presente ata de registro de preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fornecer os produtos no local de entrega previsto nesta Ata.

PARÁGRAFO QUARTO: Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto desta Ata.

PARÁGRAFO QUINTO: A **DETENTORA DA ATA** será a única integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a PMP/RJ ou a terceiros, provenientes da entrega do material, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da PMP/RJ.

PARÁGRAFO SEXTO: Executar o objeto da presente Ata rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital, seus Anexos, Termo de Referência e processo administrativo nº 02.424/2022.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Cientificar, imediatamente, a fiscalização da PMP/RJ de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar na execução do objeto.

PARÁGRAFO OITAVO: Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições referentes à execução do objeto, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da PMP/RJ.

PARÁGRAFO NONO: Os empregados da **DETENTORA DA ATA** não manterão nenhum vínculo empregatício com a **ADMINISTRAÇÃO**, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e Trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao Seguro de Acidente de Trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à **ADMINISTRAÇÃO** qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza, previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **DETENTORA DA ATA** não transferirá a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA (Dos reajustes) – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial e na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, impeditivos da execução do ajustado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA: (Das obrigações da Administração) –

8.1- Atestar quando da futura e eventual aquisição nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto do presente, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.

8.2 - Aplicar à **DETENTORA DA ATA** penalidade, quando for o caso.

8.3- Prestar à **DETENTORA DA ATA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Ata, Contrato ou instrumento equivalente, proporcionando-a todas as condições para que possa desempenhar a execução do objeto de acordo com as determinações da Ata, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

8.4- Efetuar quando da futura e eventual aquisição o pagamento à **DETENTORA DA ATA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente, e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.5- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada e notificar, por escrito, à **DETENTORA DA ATA** da aplicação de qualquer sanção.

8.6- Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **DETENTORA DA ATA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **DETENTORA DA ATA**, no que concerne ao objeto da Ata, às implicações próximas e remotas perante a PMP/RJ ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicarão em responsabilidade da PMP/RJ ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **DETENTORA DA ATA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a PMP/RJ dos prejuízos apurados e imputados À falhas em suas atividades.

8.8 - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao responsável a ser designado pela **Secretaria Requisitante**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9 - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissivo ou duvidoso não previsto no processo administrativo nº 02.424/2022 e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura de Porciúncula ou modificação da contratação.

8.10 - A **DETENTORA DA ATA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

CLÁUSULA NONA (Da vigência da ata de Registro de Preços) – **A presente, ora aqui registrada, terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses não podendo ser prorrogada, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.** - -

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do presente será fielmente executado como aqui avençado e se requerido, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente a partir da homologação do certame licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO: **É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.**

CLÁUSULA DÉCIMA (Das Penalidades) - O descumprimento da cláusula ou condição desta Ata ou do Edital e seus Anexos sujeitarão a **DETENTORA DA ATA** à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, e de responder, a **DETENTORA DA ATA**, pelos danos decorrentes da infração, sendo-lhe aplicado o valor máximo da multa quando a infração motivar o cancelamento da Ata de Registro de Preços. Não sendo excluída a possibilidade da aplicação de outras sanções previstas no edital, nesta Ata e na legislação própria, a exemplo, no que couber, o previsto no artigo 86 (oitenta e seis) e seguintes da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/2002, tais como:

- a) advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- b) multas;
- c) Cancelamento da Ata, sujeitando-se a **DETENTORA DA ATA** ao pagamento de indenização a **ADMINISTRAÇÃO** por perdas e danos;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar com esta Prefeitura e com outros entes municipais;
- e) Indenização à **ADMINISTRAÇÃO** da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- g) A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do objeto em atraso, por dia de atraso na execução do ora neste instrumento previsto; e
- h) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além das cominações acima, a **CONTRATADA**, incorrerá em multa de 5% (cinco por cento) quando o atraso na entrega ensejar a rescisão do ora nestes termos avençado, com base no valor total atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser aplicadas, ainda, as demais cominações previstas nos Decretos Municipais n^{os} 1.776/2017 e 1.780/2017, na Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n^o 8.666 de 21/06/93, com as modificações introduzidas pelas Leis n^{os}: 8.248/1991 e alterações, 8.883 de 08/06/94, 9.648 de 27/05/98, 9.854, de 27.10.1999 e 12.349 de 2010, bem como pela Lei Complementar n^o 123/06 e 128/08, Decreto Municipal n^o 1.719/2017 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes a matéria, bem como ainda, pelas disposições deste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Do cancelamento do registro) Quando a **DETENTORA DA ATA** não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação, face às razões de interesse público, devidamente justificados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por iniciativa das próprias **DETENTORAS DA ATA**, quando mediante solicitação por escrito, comprovarem a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução desta Ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Recusarem-se a não assinar a ata de registro de preço, quando for o caso, no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Da rescisão unilateral) - A **DETENTORA DA ATA** reconhece plenamente os direitos da **ADMINISTRAÇÃO**, quanto ao direito de cancelamento do registro administrativamente, aplicando-se no que couber, as disposições previstas no artigo 79, I da Lei n^o 8.666/93, sem prejuízo da aplicação do elencado nos incisos II e III do mesmo dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (Da legislação aplicável) - A esta Ata aplicar-se-ão, também, as disposições das Leis Federais n^o 10.520/2002 e n^o 8.666/93 como também suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA A **ADMINISTRAÇÃO** providenciará a publicação no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura desta, e às suas expensas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA As partes **SIGNATÁRIAS** obrigam-se por si e seus sucessores, a qualquer título a cumprir o ora aqui disposto em todos os pontos que o integram ou o vierem a integrar a presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (Do Foro) - As partes elegem o Foro da Comarca de Porciúncula - RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E, por estarem às partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Porciúncula - RJ, _____ de _____ de 2022.

ADMINISTRAÇÃO

DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF n.º:

Nome: _____

CPF n.º:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 – SRP - PROCESSO Nº 02.424/2022.**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA****1– OBJETO**

1.1 Registro de Preços para a futura e eventual **aquisição de medicamentos para atender a demanda de medicamentos judiciais e programa CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor Excepcional)**, para atender a demanda de pacientes pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da ata de registro de preços.

2- DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

2.1 As especificações mínimas, as unidades de medida dos medicamentos e a quantidade a ser adquirida estão descritas na tabela a seguir:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIT	QUANT
1.	ACIDO TIOCTICO 600MG	COMP	600
2.	ADAPALENO GEL 0,1% - 30G	TUB	15
3.	CIANOCOBALAMINA 1000MCG + DICLOFENACO SÓDICO 50MG + PIRIDOXINA 50MG + TIAMINA 50MG Alginac	COMP	900
4.	ALOGLIPTINA 25MG	COMP	2.000
5.	ALPRAZOLAM 0,5 MG comprimido	COMP	3.000
6.	ALPRAZOLAM 2 MG comprimido	COMP	18.000
7.	ALPRAZOLAM 0,25MG	COMP	1.800
8.	AMANTADINA 100 MG	COMP	3.000
9.	AMISSULPRIDA 200 MG	COMP	1.200
10.	UMECLIDÍNIO + VILANTEROL 62,5/25 MCG	FRA	30
11.	APIXABANA 2,5MG	COMP	1.500
12.	APIXABANA 5MG	COMP	1.500
13.	ARIPIPRAZOL 10MG	COMP	1.500
14.	ARIPIPRAZOL 15MG	COMP	1.800

15.	ARIPIRAZOL 1 MG / ML - 100 ML	FRAS	30
16.	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG - COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA COM REVESTIMENTO RESISTENTE	COMP	1.200
17.	ATENOLOL + CLORTALIDONA 50/12,5MG	COMP	900
18.	ATORVASTATINA 20 MG	COMP	1.200
19.	ATORVASTATINA 40MG	COMP	1.600
20.	AZATIOPRINA 50 MG	COMP	1.500
21.	BACLOFENO 10MG	COMP	3.000
22.	BAMIFILINA 300 MG Comprimido	DRG	1.800
23.	BAMIFILINA 600 MG	DRG	1.800
24.	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENANTAMICINA 0,64/1MG/G - 30G	TUB	30
25.	BIMATOPROSTA 0,01% - 3ML COLÍRIO LUMIGAN RC	FR	50
26.	BIMATOPROSTA 0,01% + TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,15% + TIMOLOL 0,5% - 5ML COLÍRIO	FRAS	50
27.	BIMATOPROSTA 0,03% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO	FRAS	50
28.	BISOPROLOL 1,25 MG	COMP	1.500
29.	BISOPROLOL 5MG	COMP	2.300
30.	BRIMONIDINA 2MG/ML - 5ML COLÍRIO	FR	500
31.	BRINZOLAMIDA 10MG/ML - 5ML COLÍRIO	FR	500
32.	BUPROPIONA 150MG	COMP	31.800
33.	BUSPIRONA 10MG	COMP	1.800
34.	BUSPIRONA 5MG	COMP	1.800
35.	CALCIPOTRIOL 50MCG/G - 30G	TUB	50
36.	MATRICARIA CHAMOMILLA L. 25 MG, GLYCYRRHIZA GLABRA L. 5 MG, ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) 25 MG E COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 150 UI	CAPS.	600
37.	CANABIDIOL 200MG/ML - 30ML	FRAS	200
38.	CARBONATO DE LÍTIO 450MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3.000
39.	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML - 10ML - COLÍRIO (Carboximetilcelulose sódica)	FR	60
40.	CETOROLACO DE TROMETAMOL 5MG/ML -	FRAS	200

	5ML COLÍRIO		
41.	CICLOBENZAPRINA 10MG	COMP	6.000
42.	CICLOBENZAPRINA 5MG	COMP	6.000
43.	CIPROFIBRATO 100MG	COMP	1.800
44.	CITALOPRAM 20 MG	COMP	18.600
45.	CLONAZEPAM 0,5MG	COMP	20.520
46.	CLONIDINA 0,100MG	COMP	6.000
47.	ZUCLOPENTIXOL 10MG	COMP	1.500
48.	ZUCLOPENTIXOL 25MG	COMP	3.000
49.	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	1.800
50.	CLOZAPINA 100MG	COMP	2.700
51.	CLOZAPINA 25MG	COMP	1.800
52.	CODEÍNA 30MG	COMP	3.000
53.	COLECALCIFEROL 7.000 UI (VITAMINA D3)	COMP	480
54.	COLÁGENO UC TIPO 2	CAPS.	1.800
55.	COLECALCIFEROL 2.000 UI (VITAMINA D3)	COMP	450
56.	COLECALCIFEROL 15.000 UI (VITAMINA D3)	CAPS.	120
57.	COLECALCIFEROL 50.000 UI (VITAMINA D3)	CAPS.	120
58.	COLECALCIFEROL 5.000 UI (VITAMINA D3)	CAPS.	900
59.	FERROCARBONILA (COMO FERRO ELEMENTAR) 120 MG + ASSOCIAÇÕES Ferrocarbonila(com ferro) 120mg+nitrato de tiamina 4mg+riboflavina 1 mg+cloridrato de piridoxina 1mg+ cianoco balamina 25mcg+nicotinamida 10mg+ácido fólico 2mg+p antotenato de cálcio 2mg.	COMP	1.800
60.	METILFENIDATO 18MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3.000
61.	METILFENIDATO 36MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3.000
62.	DABIGATRANA ETEXILATO 110MG	CAPS.	1.500
63.	DIACEREÍNA 50 MG	COMP	1.800
64.	DILTIAZEM 60 MG	COMP	1.800
65.	DESVENLAFAXINA 50 MG	COMP	1.500
66.	DIMETILPOLISILOXANE - 10ML - COLÍRIO	FRAS	60
67.	DOXAZOSINA 2MG	COMP	1.500
68.	DOXAZOSINA 4MG	COMP	900
69.	DULOXETINA 30 MG	COMP	3.000
70.	DULOXETINA 60MG	COMP	3.000

71.	ENOXAPARINA 100MG/1,0ML SUBCUTÂNEO SERINGA PREENCHIDA	SER	720
72.	ENOXAPARINA 20MG/0,2ML SUBCUTÂNEO SERINGA PREENCHIDA	SER	900
73.	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML SUBCUTÂNEO SERINGA PREENCHIDA	SER	3.000
74.	ENOXAPARINA 60MG/0,6ML SUBCUTÂNEO SERINGA PREENCHIDA	SER	900
75.	ENOXAPARINA 80MG/0,8ML SUBCUTÂNEO SERINGA PREENCHIDA	SER	1.200
76.	ENTACAPONA 200MG	COMP	1.800
77.	ESCITALOPRAM 10 MG	COMP	23.400
78.	ESCITALOPRAM 20MG	COMP	1.200
79.	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12) 5000MCG + CLORI DRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 100MG + NITRAT O DE TIAMINA (VITAMINA B1)100MG CITONEURIM DRÁGEA	DRG	1.500
80.	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12) 5000MCG + PIRID OXINA (VITAMINA B6) 100MG + TIAMINA (VITAMINA B1) 100MG	AMP	90
81.	CETAPHIL LOÇÃO HIDRATANTE 473ML	FRAS	30
82.	CETAPHIL SABONETE EM BARRA	UND	20
83.	CETAPHIL SABONETE LÍQUIDO	FRAS	15
84.	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG LIBERAÇÃO PROLONG ADA DIVALCON ER 250 MG OU DEPAKOTE ER 250 MG	COMP	31.800
85.	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG LIBERAÇÃO PROLONG ADA	COMP	31.800
86.	LISINA + CICLOBENZAPRINA 125/5MG	COMP	1.350
87.	TRAZODONA 150MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1.800
88.	DORZOLAMIDA 2% - 5ML - COLÍRIO	FR	30
89.	MESILATO DE DOXAZOSINA + FINASTERIDA 2/5MG	COMP	720
90.	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO 81MG	COMP	600
91.	ESCITALOPRAM OXALATO 20MG/ML 15ML	FR	100
92.	ESOMEPRAZOL 20MG	COMP	3.000

93.	CITIDINA 2,5 MG + URIDINA 1,5 MG + HIDROXOCOBALA MINA 1,0 MG	CAPS.	1.500
94.	EZETIMIBA 10MG	COMP	1.200
95.	FAMOTIDINA 20MG	COMP	720
96.	FINASTERIDA 5MG	COMP	1.500
97.	MELILOTUS OFFICINALIS L 22,25MG	COMP	1.200
98.	FLUFENAZINA 25MG/ML - 1ML	AMP	4.000
99.	FLUNITRAZEPAM 1 MG	COMP	10.500
100.	BISGLICINATO FERROSO + ÁCIDO FÓLICO 150/5MG	COMP	1.500
101.	FERRO AMINOÁCIDO QUELATO 30MG/ML + ÁCIDO FÓLICO 0,2MG/ML - 30ML	FRAS	30
102.	FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG	FRAS	1.800
103.	FORMOTEROL 6 MCG + BUDESONIDA 200 MCG	FR	900
104.	FUROSEMIDA+ CLORETO DE POTÁSSIO 40/100MG	COMP	1.800
105.	GABAPENTINA 300 MG	CAPS.	1.500
106.	GABAPENTINA 400 MG	COMP	1.500
107.	GABAPENTINA 600MG	CAPS.	1.500
108.	GALANTAMINA 8 MG	COMP	1.200
109.	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/1000MG	COMP	1.500
110.	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/500MG	COMP	1.500
111.	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/850MG	COMP	1.500
112.	BROMETO DE GLICOPIRRÔNIO 50MCG embalagens contendo 10 cápsulas + 1 inalador ou 30 cápsulas + 1 inalador	INALA	30
113.	GLICOSAMINA+CONDROITINA 1,5/1,2 G	SACHE	1.200
114.	GLIMEPIRIDA + METFORMINA 4/1000 MG	COMP	900
115.	ASPARTATO DE ORNITINA - GRANULADO 0,6 G/G - 5G Hepa-Merz	ENV	3.000
116.	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15% - 10ML - COLÍRIO HYABACK	FRAS	60

117.	HIALURONATO DE SÓDIO 0,2% (2MG/ML) - 10ML - COLÍRIO HYLOGEL	FRAS	60
118.	HIDROXICLOROQUINA 400 MG Comprimido	COMP	1.200
119.	INSULINA LISPRO 100UI/ML (HUMALOG KWIKPEN, CANETA DE 3 ML) Humalog KwikPen 100 unidades/mL, CANETA DE 3 ML	CAN	24
120.	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-D 300MCG/2ML	SER	50
121.	INDAPAMIDA 1,5 MG	COMP	1.200
122.	ISOXSUPRINA 10MG	COMP	3.000
123.	INSULINA GLULISINA 100UI/ML CANETA 3ML	CAN	60
124.	INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL 3 ML REFIL PARA CANETA COM 3ML	REFIL	100
125.	INSULINA GLARGINA 100UI/ML 10ML	FR/AM	60
126.	INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL 3 ML REFIL DE 3 ML	REFIL	180
127.	INSULINA LISPRO 100UI/ML - 10ML	FR	60
128.	INSULINA DETEMIR 100UI/ML - CANETA LEVEMIR FLEX PEN CANETA COM 3ML	CAN	100
129.	PALIPERIDONA 100MG/ML - 1ML - SERINGA PREENCHIDA	SER	30
130.	PALIPERIDONA 150MG / 1,5ML - SERINGA PREENCHIDA INVEGA SUSTENNA	SER	24
131.	ISOFLAVONA DE SOJA(GLYCINE MAX (L.) MERR. 60MG	CAPS.	20.000
132.	ITRACONAZOL 100 MG	CAPS.	1.000
133.	IVABRADINA 5MG	COMP	900
134.	SITAGLIPTINA + METFORMINA 50/1000MG	COMP	2.700
135.	SITAGLIPTINA+METFORMINA 50/850 MG	COMP	3.000
136.	SITAGLIPTINA 100 MG JANUVIA	COMP	3.000
137.	SITAGLIPTINA 50MG	COMP	1.800
138.	EMPAGLIFLOZINA 10MG	COMP	1.500
139.	EMPAGLIFLOZINA 25MG	COMP	1.800
140.	LACOSAMIDA 100MG	COMP	1.500
141.	LACOSAMIDA 150MG	COMP	900

142.	LACOSAMIDA 50MG	COMP	1.800
143.	LAMOTRIGINA 100MG	COMP	8.640
144.	LAMOTRIGINA 25MG	COMP	10.440
145.	LAMOTRIGINA 50MG	COMP	3.000
146.	LATANOPROSTA 0,05MG/ML - 5ML - COLÍRIO	FRAS	50
147.	LEVANLODIPINO 2,5MG	COMP	1.500
148.	LEVANLODIPINO 5MG	COMP	1.500
149.	LEVETIRACETAM 100MG/ML - 150ML KEPPRA OU ETIRA	FRAS	60
150.	LEVETIRACETAM 250MG	COMP	1.500
151.	LEVETIRACETAM 500MG	COMP	1.500
152.	LEVETIRACETAM 750MG	COMP	3.000
153.	LINAGLIPTINA 5MG	COMP	600
154.	CARBÔMERO + SORBITOL 2,0MG/48,5MG/G - 10G	TUB	40
155.	LIRAGLUTIDA 6MG/ML - 3ML	CAN	240
156.	OMEPRAZOL MAGNÉSICO 10MG	COMP	1.500
157.	MELATONINA 1MG	CAPS.	1.500
158.	MELATONINA 2MG	CAPS.	1.500
159.	MELATONINA 3MG	CAPS.	1.500
160.	MELATONINA 5MG	CAPS.	1.500
161.	MELATONINA LÍQUIDA 1MG/ML - 30ML	FRAS	30
162.	MEMANTINA 10 MG	COMP	5.400
163.	MEMANTINA 10 MG/ML - 50ML	FRAS	45
164.	MESALAZINA 800MG	COMP	3.000
165.	METFORMINA 750MG DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1.800
166.	MIRTAZAPINA 15MG	COMP	1.200
167.	MIRTAZAPINA 30 MG Comprimido	COMP	1.800
168.	MONTELUCASTE SÓDICO 10MG	COMP	900
169.	MORFINA 10 MG	COMP	3.000
170.	MORFINA 30 MG	COMP	3.000
171.	COLÁGENO TIPO II NÃO HIDROLISADO + ÁCIDO HIALURÔNICO	CAPS.	600

172.	COLÁGENO HIDROLISADO , ASSOCIADOS ÀS VITAMINA S A, C, E E AOS MINERAIS ZINCO E MANGANÊS DISFOR ARTRO	SACHE	450
173.	MACROGOL 3350 (13,125MG) + BICARBONATO DE SÓDIO 0,1775 G + CLORETO DE SÓDIO ; 0,3507 G + CLORETO DE POTÁSSIO 0,0466 G - SACHE 14G	SACHE	600
174.	LUTEÍNA, VITAMINAS C, E, SELÊNIO E ZINCO NEOVIT LUTEIN	COMP	900
175.	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG + ÁCIDO FÓLICO 0,35 MG NORIPURUM FÓLICO	COMP	1.200
176.	OLANZAPINA 10 MG Comprimido	COMP	24.840
177.	OLANZAPINA 5 MG comprimido	COMP	16.200
178.	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BESILATO DE ANLODI PINO 40/5MG	COMP	900
179.	INDACATEROL 150 MCG embalagens contendo 10 ou 30 cápsulas acompanhadas de 1 inalador	INALA	30
180.	ONDANSETRONA 4 MG	COMP	1.800
181.	ONDANSETRONA 8MG	COMP	1.800
182.	ORLISTATE 120MG	CAPS.	9.000
183.	OXCARBAZEPINA 600MG	COMP	6.000
184.	OXICODONA 10MG	COMP	1.500
185.	OXICODONA 20MG	COMP	1.500
186.	PANTOPRAZOL 20 MG	COMP	3.000
187.	PANTOPRAZOL 40MG	COMP	3.000
188.	PAROXETINA 10MG	COMP	3.000
189.	PAROXETINA 15MG	COMP	3.000
190.	PAROXETINA 20 MG	COMP	20.400
191.	OLOPATADINA 2,22 MG/ML - 2,5ML - COLÍRIO	FR	60
192.	PERICIAZINA 4% - 20ML	FRAS	300
193.	PREDNISOLONA 20MG	COMP	3.000
194.	PREGABALINA 150MG	CAPS.	3.000
195.	PREGABALINA 50MG	CAPS.	1.500
196.	PREGABALINA 75MG	CAPS.	12.000

197.	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200MG	CAPS.	3.000
198.	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50MG - DR	COMP	3.000
199.	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG - HBS	COMP	3.000
200.	PROMETAZINA + SULFOGUAIACOL 1,13/ 9 MG/ML - 100 ML (FENERGAN EXPECTORANTE) FENERGAN EXPECTORANTE	FRAS	100
201.	PROPAFENONA 300 MG	COMP	3.000
202.	PROPATILNITRATO 10 MG	COMP	1.500
203.	CÁCIO CITRATO MALATO 250MG + VIT D3 2,5MCG	CAPS.	1.200
204.	QUETIAPINA 100 MG	COMP	9.000
205.	QUETIAPINA 200MG	COMP	3.000
206.	QUETIAPINA 25 MG Comprimido	COMP	6.000
207.	QUETIAPINA 300MG	COMP	1.800
208.	RISPERIDONA 1 MG	COMP	51.600
209.	RISPERIDONA 2 MG	COMP	117.600
210.	RIVAROXABANA 15 MG	COMP	1.800
211.	RIVAROXABANA 20 MG	COMP	6.000
212.	ROSUVASTATINA 10MG	COMP	3.000
213.	ROSUVASTATINA 20 MG	COMP	3.000
214.	SERTRALINA 25 MG	COMP	6.000
215.	SILDENAFILA 50MG	CAPS.	1.500
216.	SOTALOL 120 MG	COMP	9.000
217.	FLUTICASONA + VILANTEROL 200/25 MCG PÓ PARA INA LAÇÃO	FRA	30
218.	BUPRENORFINA 10MG - ADESIVO TRASNDERMICO	ADESI	360
219.	METILFENIDATO 10MG LA - LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS.	900
220.	METILFENIDATO 30MG LA - LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAPS.	900
221.	ROSUSVASTATINA + EZETIMIBA 10/10MG	COMP	900
222.	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/5ML - EV Noripurum Endovenoso Ampola	AMP	300

223.	SALMETEROL + FLUTICASONA 50/250MCG DISCOS COM 60 DOSES	FRAS	60
224.	SALMETEROL + FLUTICASONA 25/125MCG	FRAS	60
225.	SERINGA PARA INSULINA 0,3ML - 6MM X 0,25MM (31G)	SER	1.200
226.	SILIMARINA + RACEMETIONINA 70/100MG	DRG	3.000
227.	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG TAMPONADO	COMP	3.000
228.	SULPIRIDA + BROMAZEPAM 25/1MG	CAPS.	900
229.	TACROLIMO 0,1% - 10G	TUB	50
230.	TANSULOSINA 0,4 MG	COMP	720
231.	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% - 5ML - COLÍRIO	FR	30
232.	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO TIMOL OL 0,5% - 5ML - COLÍRIO Vidro	FRAS	20
233.	TARTARATO DE METOPROLOL 100MG	COMP	1.500
234.	TARTARATO DE METROPOLOL 50MG	COMP	1.500
235.	CARBAMAZEPINA 200MG CR - LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3.000
236.	CARBAMAZEPINA 400MG CR - LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3.000
237.	TEOFILINA 100 MG	COMP	900
238.	TEOFILINA 200 MG	COMP	900
239.	TIAMAZOL 5 MG	COMP	1.000
240.	TIORIDAZINA 200 MG RETARD	COMP	3.000
241.	BROMETRO DE TIOTRÓPIO 2,5 MCG - 4 ML	INALA	50
242.	TOPIRAMATO 100 MG	COMP	37.800
243.	TOPIRAMATO 25 MG	COMP	9.000
244.	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	9.000
245.	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPRÓICO 300 MG - C R	COMP	6.000
246.	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPRÓICO 500MG - C R	COMP	4.500
247.	TRAMADOL 100MG	CAPS.	1.500
248.	TRAZODONA 50 MG	COMP	3.000
249.	TRIEXIFENIDIL 2MG	COMP	1.500
250.	VALSARTANA 160MG	COMP	6.000

251.	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDES ONIDA 6/100MCG	INALA	30
252.	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO / BUDES ONIDA 6/200MCG	INALA	30
253.	TRIMETAZIDINA MR 35MG (VASTAREL)	COMP	1.900
254.	VENLAFAXINA 150MG	COMP	3.000
255.	LISDEXANFETAMINA 30MG	COMP	600
256.	LISDEXANFETAMINA 50MG	COMP	600
257.	LISDEXANFETAMINA 70MG	COMP	600
258.	VIGABATRINA 500MG SABRIL 500 MG	COMP	1.500
259.	VILDAGLIPTINA 50MG	COMP	1.800
260.	VIMPOCETINA 5MG	COMP	1.620
261.	ZOLPIDEM 10 MG	COMP	23.400
262.	CLOBAZAM 20MG	COMP	2.000
263.	FENITOÍNA 100MG (REFERÊNCIA)	COMP	1.350
264.	FENOBARBITAL 100MG (REFERÊNCIA)	COMP	900
265.	POLIVITAMÍNICOS E POLIMINERAIS - CENTRUM (CENTRUN)	COMP	1.500
266.	SACUBITRIL + VALSARTANA 24 MG + 26MG ENTRESTO	COMP	1.200
267.	GLICERINA; CARMELOSE SÓDICA; ERITRITOL; LEVOCA RNITINA; E ASSOCIAÇÕES - COLÍRIO (OPTIVE) OPTIVE COLÍRIO	FRAS	50
268.	SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL (OSSONE) OSSONE	COMP	360
269.	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG XR	CP LA	3.000
270.	SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL (LAVITAN A Z)	COMP	900
271.	DOBESILATO DE CÁLCIO 500 MG	CAPS.	1.800
272.	PEPTÍDEOS DE COLÁGENO ASSOCIADOS A MINERAIS A MINOÁCIDOS QUELATOS E VITAMINA E DISFOR ARTRO	SACHE	900
273.	ZINCO + ASSOCIAÇÃO (ZIVIT PLUS)	COMP	720
274.	LUBRIFICANTE OFTÁLMICO (SYSTANE)	FRAS	30
275.	SABONETE LÍQUIDO SPLENDOR	FRAS	20
276.	SHAMPOO SPLENDOR	FRAS	20

277.	PROTETOR SOLAR NEUTROGENA SUN FRESH 30 FPS	TUB	15
278.	PROTETOR SOLAR NEUTROGENA SUN FRESH 50 FPS	TUB	15
279.	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG COMPRIMIDO DE LIBE RAÇÃO CONTROLADA	COMP	3.000
280.	DEIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG COMPRIMIDO DE LIB ERAÇÃO CONTROLADA	COMP	3.000
281.	RIVAROXABANA 10MG	COMP	3.000

2.1- No ato da entrega, o prazo de validade dos produtos deverá ser igual ou superior a 12(doze) meses.

2.2- O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65 §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Considerando a lei 8.080, de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Considerando a Portaria/GM 1101 de 2002, que estabelece os parâmetros de cobertura assistenciais;

Considerando a Portaria GM/MS 399, de fevereiro de 2006 que estabelece as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, compromisso entre os gestores do SUS em torno das prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população; e estabelece diretrizes para a gestão do sistema nos aspectos da Descentralização; Regionalização; Financiamento; Planejamento; Programação Pactuada e Integrada - PPI; Regulação; Participação e Controle Social; Gestão do trabalho e Educação na Saúde.

Considerando que a aquisição dos MEDICAMENTOS justifica-se pela necessidade no fornecimento dos medicamentos por força de decisão judicial, seja para cumprimento das decisões liminares bem como das sentenças definitivas em face do Município de Porciúncula, asseverando que o fornecimento também por força judicial dever ser realizado de forma contínua e ininterrupta, por serem medicamentos de uso frequente e totalmente necessários para a manutenção preventiva e corretiva da saúde dos mesmos.

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE: O quantitativo solicitado foi baseado em pesquisa de Série Histórica das últimas compras do objeto em análise utilizando-se como referência os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

3 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

4 - PRAZO DE FORNECIMENTO:

4.1- A entrega dos medicamentos será de forma escalonada e cada entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição emitida pela secretaria requisitante e Nota de Empenho emitida pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

5 - LOCAL DA ENTREGA:

5.1- O(s) produto(s) solicitado(s) deverá(ão) ser entregues no Almoxarifado vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Schwartz Vieira, nº 74, Centro – Porciúncula-RJ, CEP: 28.390-000, no período matutino compreendido entre 8h e 17h, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porciúncula. As entregas deverão obedecer ao cronograma previsto pela Secretaria Municipal de Saúde em dias e horários.

5.2- O Serviço de Almoxarifado ser contatado pelo telefone (22) 3842-2806, e e-mail: sms.porciuncula@gmail.com

5.3- Os MEDICAMENTOS, objeto deste Registro de Preços serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde de Porciúncula – RJ, mediante a expedição de Nota de Empenho, ocasião em que as quantidades a serem adquiridas serão quantificadas.

5.4- A nota fiscal deverá acompanhar cada entrega e descrever detalhadamente o produto fornecido.

6 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

6.1 - DA CONTRATADA

6.1.1- Assinar a ata de registro de preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

6.1.2 – As entregas serão realizadas pelos próprios fornecedores no almoxarifado ou em local destinado por esta Secretaria, no período matutino. Caso haja atraso os itens poderão ser devolvidos.

6.1.3 – Fornecer o(s) produto(s) no local de entrega previsto neste termo.

6.1.4 - Uma vez solicitado o produto pela unidade requisitante e este apresentar problemas técnicos e/ou defeitos que impossibilitem ou dificultem seu uso, o referido medicamento deverá ser repostado pelo fornecedor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de solicitação, que poderá ocorrer a qualquer tempo, para atendimento de urgências;

6.1.5- Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

6.1.6 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

7 – DA PREFEITURA DE PORCIÚNCULA-RJ:

7.1- Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da Secretaria Municipal de Saúde da PMP-RJ.

7.2 - Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

7.3 - Efetuar o pagamento ao licitante fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

7.4 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

7.5 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

8 – DO PAGAMENTO

8.1 - Pagamento será efetuado na Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Schuwartz Vieira, nº 85, Centro, Porciúncula – RJ, em até 30 (trinta) dias úteis, após apresentação da Nota Fiscal devidamente visada e atestada pela Secretaria solicitante, ou qualquer outro servidor designado para tal fim, no horário compreendido entre 08 e 16 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, do Município e do Estado do Rio de Janeiro.

8.2 – A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.3 – Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada situação da empresa quanto à regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Municipal e Justiça do Trabalho.

9 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá a comissão a ser designada pela Secretaria Requisitante que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissivo ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Porciúncula ou modificação da contratação.

9.3 - As decisões que ultrapassem a competência do fiscal da Prefeitura deverão ser solicitadas formalmente pela Detentora da Ata à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

9.4- A Detentora da Ata deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

9.5- A existência e a atuação da fiscalização da Prefeitura, em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Detentora da Ata, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Prefeitura ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Prefeitura ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Detentora da Ata, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Prefeitura dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 – SRP - PROCESSO Nº 02.424/2022.

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

P R O C U R A Ç Ã O

A (nome da empresa) _____, CNPJ Nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (sócio ou diretores, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto aos órgãos públicos municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº...../2022, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar e reduzir preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local, data e assinatura.

RECONHECER FIRMA.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2022 – SRP - PROCESSO N.º 02.424/2022.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(nome da empresa) _____ CNPJ n.º _____ sediada à Rua _____, declara, sob as penas da Lei, que é conhecedora de todas as exigências legais para participação em processos de licitação pública, e que em conformidade com o Artigo 4º, Inciso VII da Lei n.º 10.520/2002, cumpre plenamente todos os requisitos habilitatórios constantes do edital que rege o Pregão Presencial n.º _____, ao qual se submete por concordar com os termos neles constantes.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data _____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante legal)

(Carteira de Identidade do declarante)

(assinatura do declarante)

Observação:

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 – SRP - PROCESSO Nº 02.424/2022.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____
sediada à Rua _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data _____, ____ de _____ de 2022.

(nome completo do declarante)

(Carteira de Identidade do declarante)

(assinatura do declarante)

Observação:

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 – SRP - PROCESSO Nº 02.424/2022.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____ sediada à Rua _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27/10/99, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

RESSALVA: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ()

Local e data _____, ____ de _____ de 2022.

(assinatura identificada do responsável pela empresa)

(OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 – SRP - PROCESSO Nº 02.424/2022.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2022 – PMP/RJ

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)

A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2022 – SRP - PROCESSO N° 02.424/2022.

ANEXO VIII

MODELO DE RECIBO DO EDITAL

PROCESSO N° 02.424/2022

COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2022 – SRP

OBJETO: Futura e eventual **aquisição de medicamentos para atender a demanda de medicamentos judiciais e programa CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor Excepcional)**, conforme as especificações descritas no Processo Administrativo n° 02.424/2022 da Secretaria Municipal de Saúde e no **ANEXO II** (Termo de Referência), parte integrante do **Edital do Pregão n° 027/2022 – SRP**.

A Empresa _____, retirou este edital de licitação de Pregão Presencial n° 027/2022 – SRP e deseja ser informada de qualquer alteração pelo telefone (.....), e-mail _____ e/ou endereço _____

Porciúncula - RJ, _____ de _____ de 2022.

Assinatura e Carimbo (CNPJ) do representante da empresa
+ (nome do representante legal da empresa, por extenso).

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

INSC. ESTADUAL: